

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

"MENCIONAR SEMPRE O NÚMERO DO PEDIDO DE COMPRA / ITENS NA NOTA FISCAL"

Contratada:CENTRO INTEGRADO DE ESTUDOS E PROGR
SUSTENTAVEL Cód.: 24062
AVENIDA RIO BRANCO , 25 - PAV03GRP
RIO DE JANEIRO - RJ - **CEP: 20090-902**
CNPJ: 02.680.126/0001-80 **Inscr.Est.:** ISENT0
Inscr. Municipal: 2478331
Contato:
E-mail: noemi.rj@cieds.org.br
Telefone: 021-3094-4555 **FAX:** 000-

Contratante
FUNDAÇÃO RENOVA BH
AV GETULIO VARGAS 671
BELO HORIZONTE - MG
CEP: 30112-021 - **Caixa Postal:**
CNPJ: 25.135.507/0001-83 **Inscr.Est.:** 0030680570063
Telefone: - **FAX:**

Endereço para Entrega

CEP: - **Caixa Postal:**
CNPJ: **Inscr.Est.:**
Telefone: - **FAX:**

Endereço para faturamento
FUNDAÇÃO RENOVA BH
AV GETULIO VARGAS 671
BELO HORIZONTE - MG
CEP: 30112-021 - **Caixa Postal:**
CNPJ: 25.135.507/0001-83 **Inscr.Est.:** 0030680570063
Telefone: - **FAX:**

Comprador: Karina S Costa
Telefone: 31 992232383 - **Fax:** **E-mail:** crtff_kscs@fundacaorenova.org

Condições Gerais: Pagto.: 30DDL
Incoterms: **Moeda:** BRL - Real - Brasil
Data de Validade: 13.05.2022 até 12.11.2022

Item	Código	Descrição	Qtde	UM	Preço Unit.	Tributos Alíquota / Valor Total
10		Planejamento - Seleção Edital Doce 2	1	SV	36.600,00	IPI: 0,00 % / 0,00 Vlr: 36.600,00

O item compreende os seguintes serviços:

10		Planejamento da Seleção				
1	SV	36.600,00			36.600,00 BRL	

Item	Código	Descrição	Qtde	UM	Preço Unit.	Tributos Alíquota / Valor Total
20		Execução - Seleção Edital Doce 2	1	SV	720.860,00	IPI: 0,00 % / 0,00 Vlr: 720.860,00

O item compreende os seguintes serviços:

10		Análise Téc. - FAIXA 1 - 0 a 500 unid.				
500	UNI	196,88			98.440,00 BRL	
20		Análise Téc. - FAIXA 2 - 501 a 1000 unid				
500	UNI	161,00			80.500,00 BRL	
30		Análise Téc. -FAIXA 3 - 1001 a 1500 unid				
500	UNI	149,04			74.520,00 BRL	
40		Balizamento				
1.200	UNI	190,75			228.900,00 BRL	
50		Análise Documental				
375	UNI	510,40			191.400,00 BRL	
60		Análise de Recurso				
500	UNI	94,20			47.100,00 BRL	

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

Valor Total 757.460,00

Observações:
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS # V01-21

QUADRO RESUMO
CONTRATO Nº 4900000461

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO RENOVA, entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e operacional, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 671, Sala 400, 4º Andar, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.112-021, inscrita no CNPJ sob o nº 25.135.507/0001-83, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos.

CONTRATADA:CENTRO INTEGRADO DE ESTUDOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, associação privada com sede na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua Conselheiro Saraiva, nº 28, 8 andar parte, Bairro Centro, CEP: 20.091-030, inscrita no CNPJ sob o nº 02.680.126/0001-80, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos pelo(s) seu(s) representante(s) legal (is) VANDRE LUIZ MENESES BRILHANTE, inscrito no CPF sob o nº 366.747.703-10.

PRAZO DE VIGÊNCIA 6 meses **INÍCIO DO PRAZO DE VIGÊNCIA** x A partir da assinatura
? Com efeitos retroativos a inserir data

PRAZO DE MOBILIZAÇÃO: x Não aplicável
? Número de dias/meses/anos

INÍCIO DO PRAZO DE MOBILIZAÇÃO: ? Não aplicável
x A partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO INICIAL
? A partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO

PRAZO DE EXECUÇÃO: 3 meses **INÍCIO DO PRAZO DE EXECUÇÃO:** ? A partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO INICIAL
x A partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO
? Imediatamente após o encerramento do PRAZO DE MOBILIZAÇÃO

OBJETO: Contratação de serviço especializado para a seleção das propostas dos projetos inscritos no Edital Doce.
? Os SERVIÇOS incluem fornecimento de materiais
? Os SERVIÇOS incluem a elaboração do PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO,, conforme ANEXO nº do Anexo.

LOCAL DOS SERVIÇOS: Belo Horizonte.

MARCOS CONTRATUAIS: x Não aplicável.
? Conforme ANEXO nº do Anexo.
? Indicar os MARCOS CONTRATUAIS, se aplicáveis.

DIRETRIZES DE PRIORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO LOCAL ? Não aplicável, conforme aprovado pelo GESTOR DO CONTRATO
x Aplicável

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

SUBCONTRATAÇÃO ☒ Não aplicável

? Limitada a Inserir porcentagem do CONTRATO.

PRAZO DE GARANTIA DOS SERVIÇOS: ☒ Não aplicável

? Inserir o nº de dias/meses/anos negociados

VALOR DO CONTRATO: R\$ 757.460,00 (Setecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e sessenta reais)

Vale ressaltar que se trata de uma contratação com valor variável, onde foi negociado faixas de preço por proposta técnica analisada:

Análise Téc. - FAIXA 1 - 0 a 500 unid. R\$ 196,88

Análise Téc. - FAIXA 2 - 501 a 1000 unid R\$ 161,00

Análise Téc. -FAIXA 3 - 1001 a 1500 unid R\$ 149,04

TIPO DE PREÇO: ? Preço Global

☒ Preços Unitários

? Preço Misto (Preço Global e Preço Unitário), conforme detalhado na Requisição Técnica

ÍNDICE DE REAJUSTE / FÓRMULA PARAMÉTRICA: ☒ Sem reajuste

? Índice acordado para reajuste, a cada 12 meses, contados a partir da DATA-BASE DATA-BASE: ☒ Não Aplicável

? Data de início da vigência

? Data da Proposta Comercial

FORMA DE PAGAMENTO: ? Parcela Única, no VALOR DO CONTRATO, a ser faturada em até inserir prazo contados a partir de inserir marco temporal, respeitado o procedimento de MEDIÇÃO.

? Parcelas Fixas Mensais no valor de R\$ algarismos (por extenso), pagas mensalmente, conforme o procedimento de MEDIÇÃO MENSAL.

☒ MEDIÇÃO MENSAL dos Preços Unitários.

? Pagamento realizado a cada MARCO CONTRATUAL, conforme ANEXO nº do Anexo.

? Pagamento realizado conforme o Cronograma Físico Contratual, nos termos do ANEXO nº do Anexo.

PRAZO DE PAGAMENTO: ☒ 30 dias, a partir da data de recebimento de cada Nota Fiscal

? 15 dias, a partir da data de recebimento de cada Nota Fiscal

? Descrever forma acordada, caso necessário,

PERÍODO DE REFERÊNCIA: ? Não aplicável

☒ Período compreendido entre o dia 21 (vinte e um) de um mês e o dia 20 (vinte) do mês subsequente

? Descrever forma acordada, caso necessário,

DADOS BANCÁRIOS DA CONTRATADA: A CONTRATADA é inteiramente responsável pela veracidade de seus dados bancários e compromete-se a cadastrá-los no sistema a ser informado pelo GESTOR DO CONTRATO, os quais deverão ser aprovados pela CONTRATANTE até a assinatura do CONTRATO.

UNIDADES DE FATURAMENTO: ☒ Sede # Avenida Getúlio Vargas, 671, Sala 400, 4º Andar, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.112-021, CNPJ sob o nº 25.135.507/0001-83.

? Filial #Mariana - Rua do Seminário, 237, Mariana/MG; CEP: 35420-000, CNPJ: 25.135.507/0002-64.

? Filial #Linhares - Av. Pres. Getúlio Vargas, 1220, Linhares/ES, CEP: 29900-021, CNPJ: 25.135.507/0003-45.

GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL: ☒ Não aplicável

? Carta de Fiança Bancária, sem benefício de ordem ou qualquer ressalva ao pronto levantamento pela CONTRATANTE de valor correspondente a 10% (dez por cento) do VALOR DO CONTRATO, observado o mínimo de R\$100.000,00 (cem mil reais), devendo constar a CONTRATANTE como favorecida, válida durante todo o período de vigência do CONTRATO e por mais 60 (sessenta) dias após o seu encerramento.

? Seguro Garantia: em valor correspondente a 10% (dez por cento) do VALOR DO CONTRATO, observado o mínimo de R\$100.000,00 (cem mil reais), devendo constar a CONTRATANTE como beneficiária, válido durante todo o período de vigência do CONTRATO e por mais 60 (sessenta) dias após o seu encerramento.

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

SEGUROS: Seguro de Responsabilidade Civil Geral:

? Aplicável x Não Aplicável

Seguro destinado a obras (com fundação, quando aplicável), que contemple, ao menos, extensões para a Responsabilidade Civil Cruzada e Responsabilidade Civil do Empregador, no qual a CONTRATANTE deve figurar como cossegurada, para garantir a responsabilidade civil da CONTRATADA por danos emergentes, lucros cessantes, danos materiais, pessoais (incluindo danos morais e estéticos) e corporais causados a terceiros, em decorrência de suas atividades na execução da OBJETO, com cobertura mínima de 10% (dez por cento) do VALOR DO CONTRATO, observado o mínimo de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), válido durante todo o período de vigência do CONTRATO e por mais 60 (sessenta) dias após o seu encerramento.

Seguro de Vida e Invalidez:

x Aplicável ? Não Aplicável

Seguro que contemple morte por qualquer causa, com cobertura adicional de morte acidental, invalidez permanente parcial e total, respeitadas as coberturas mínimas porventura estipuladas na convenção coletiva dos COLABORADORES, com cobertura mínima de 20 (vinte) vezes o salário nominal do COLABORADOR, válido durante todo o período de vigência do CONTRATO e por mais 60 (sessenta) dias após o seu encerramento.

Seguro de Responsabilidade Civil de Veículos Terrestres Motorizados:

? Aplicável x Não Aplicável

Seguro para danos próprios ou a terceiros causados por veículos da CONTRATADA ou de SUBCONTRATADOS, ou por eles alugados, quando comprovadamente alocados nas atividades deste CONTRATO, com cobertura mínima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos materiais, R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais e R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para danos morais, válido durante todo o período de vigência do CONTRATO e por mais 60 (sessenta) dias após o seu encerramento.

Seguro de Riscos de Engenharia:

? Aplicável x Não Aplicável

Seguro para as obras civis, instalações, montagens, comissionamentos, testes de performance e start-up (sempre que aplicáveis), do tipo all risks cuja importância segurada deverá ser equivalente ao VALOR DO CONTRATO. A cobertura a ser contratada deverá contemplar, no mínimo, a Cobertura Básica, Erros de Projeto/Riscos do Fabricante, Despesas Extraordinárias, Despesas com Desentulho, Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistros, Tumultos, Propriedades Circunvizinhas (com Fundações), Honorários de Perito e outras que se mostrarem necessárias ao empreendimento, válidos durante todo o período de vigência do CONTRATO e por mais 60 (sessenta) dias após o seu encerramento. A CONTRATADA deverá contratar em seu nome, na condição de principal segurada, devendo nomear a CONTRATANTE como beneficiária.

Seguro de Erros e Omissões Profissionais (E&O):

? Aplicável x Não Aplicável

Seguro contratado para a proteção de eventuais danos e prejuízos financeiros resultantes de falha na atividade profissional da CONTRATADA, custos de defesa desde o início do processo referente a reclamação judicial coberta pela apólice, além de honorários advocatícios e quaisquer outras despesas relacionadas a sentenças ou acordos judiciais, no qual a CONTRATANTE deverá figurar como beneficiária, com cobertura mínima do VALOR DO CONTRATO, válido durante todo o período de vigência do CONTRATO e por mais 60 (sessenta) dias após o seu encerramento

? Outros, conforme ANEXO inserir nº do anexo

DOCUMENTOS CONTRATUAIS: ANEXO I # Requisição Técnica (RT) (SUP-RTC-001-00-4200108927_20220127);

ANEXO II # Planilha de Quantidades e Preços (QQP) (QQP_FINAL_ARIBA);

ANEXO III # Composição de preços e do BDI (Detalhamento_ComposiçãoCustos_CIEDS_Edital Doce_090522);

ANEXO IV # Anexos Contratuais Gerais:

(a) Código de Conduta;

(b) Normas de Compliance e Diretrizes de Due Diligence Reputacional;

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

- (c) PG-SES-014 - Edital de Saúde para Contratação de Fornecedor de Serviço;
 - (d) Diretrizes de Priorização de Contratação Local (Minuta Padrão - Anexo contratação local_outros_munípios - VLF VER 06-2020.docx);
 - (e) PG-SES-046 - Covid 19 - Recomendações de Saúde e Segurança.pdf
 - (f) Termo de Confidencialidade (FM-SUP-006 - Termo de Confidencialidade_CIEDS);
 - (g) Questionário Due Diligence (Anexo_V_-_Questionário_de_Due_Diligence_CIEDS);
- ANEXO V # Proposta Técnica (Proposta Tecnica_CIEDS+Atestados_04mai22);
- ANEXO VI # Proposta Comercial (PropostaComercial_CIEDS_EditalDoce_090522).

CONDIÇÕES ESPECIAIS: x Não aplicável

? Inserir caso aplicável

CONTRATANTE e CONTRATADA, doravante denominadas em conjunto #PARTES# e individualmente #PARTE#, ajustam entre si o presente Contrato de Prestação de Serviços (#CONTRATO#), que se regerá pelo QUADRO RESUMO e pelas Condições Gerais abaixo, modificadas, se cabível, pelas CONDIÇÕES ESPECIAIS.

CONDIÇÕES GERAIS

1. DEFINIÇÕES

1.1. Todos os termos referidos em letras maiúsculas nesse CONTRATO têm os significados atribuídos no QUADRO RESUMO. Os termos que não estejam previstos no QUADRO RESUMO terão os significados conforme definições ao longo desse instrumento ou nos termos indicados abaixo:

- (a) COLABORADORES empregados, representantes, diretores, administradores, sócios, prepostos, subcontratados e/ou terceiros relacionados a qualquer das PARTES.
- (b) DIAS # dias corridos, salvo se houver referência expressa a #dias úteis#, excluindo-se o primeiro dia e contando-se o último.
- (c) EVENTOS GERADORES DE PAGAMENTO # fatos, atividades, serviços, fornecimentos, etapas ou fases correspondentes aos SERVIÇOS, cuja execução, conclusão ou entrega, total ou parcial enseja o direito da CONTRATADA de receber os pagamentos respectivos.
- (d) FISCALIZAÇÃO # equipe integrada por pessoal pertencente ao quadro de empregados da CONTRATANTE ou por terceiros, liderada pelo GESTOR DO CONTRATO, com atribuições de fiscalizar a execução dos SERVIÇOS, sem prejuízo da responsabilidade técnica, legal e contratual da CONTRATADA pela execução dos SERVIÇOS, nos termos do CONTRATO.
- (e) FUNCIONÁRIO PÚBLICO # quem: i) embora transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública na administração pública brasileira ou estrangeira ou em organizações internacionais de caráter multilateral; ii) embora transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, contratadas públicas, sociedades de economia mista ou entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público brasileiro ou estrangeiro; iii) trabalhe para prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade objeto de concessão pela Administração Pública; iv) qualquer partido político, funcionário ou outra pessoa agindo para ou em nome de partido político; ou v) qualquer candidato a cargo público.
- (f) LEIS ANTICORRUPÇÃO # Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e quaisquer outras leis anticorrupção aplicáveis ao CONTRATO, incluindo qualquer violação que consista em oferecer, dar, prometer ou autorizar a doação de qualquer coisa de valor a qualquer funcionário público com a finalidade de (i) influenciar qualquer ato ou decisão de tal funcionário público no exercício de sua função pública; (ii) induzir tal funcionário público a realizar ou omitir a realização de qualquer atividade relacionada às suas obrigações legais; (iii) obter qualquer VANTAGEM INDEVIDA; ou (iv) induzir tal funcionário público a influenciar ou afetar qualquer ato ou decisão de qualquer entidade governamental, em cada caso, a fim de obter ou reter negócios

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

ou direcionar negócios para outra pessoa.

(g) ORDEM DE SERVIÇO # documento emitido pela CONTRATANTE, com o objetivo de definir quais são os serviços do escopo contratual que estão liberados para execução, devendo conter, no mínimo, escopo, prazo de execução e o valor previsto para a execução.

(h) ORDEM DE SERVIÇO INICIAL - documento emitido pela CONTRATANTE com o objetivo de autorizar o início da execução dos SERVIÇOS.

(i) VANTAGEM INDEVIDA - vantagem ilícita, ilegal ou injusta. Uma Vantagem Indevida não possui valor mínimo e pode incluir, mas não se limita a, dinheiro, equivalentes a dinheiro (como vale presentes), presentes, viagens, refeições de valores excessivos, entretenimento, uso de veículos, hospedagem e favores valiosos, tais como oportunidades de educação e de emprego para amigos ou parentes.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente CONTRATO a prestação, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, do conjunto de atividades necessárias para a completa e integral execução do OBJETO do CONTRATO, nos termos e condições definidos neste instrumento (#SERVIÇOS#).

2.2. A CONTRATADA executará os SERVIÇOS objeto do CONTRATO à CONTRATANTE, utilizando seus próprios recursos humanos e técnicos e atuará de maneira independente da CONTRATANTE, sendo certo que todas as pessoas, físicas ou jurídicas, alocadas pela CONTRATADA para executar os SERVIÇOS são, para todos os efeitos, subordinadas à CONTRATADA, a quem caberá exclusivamente os poderes de administração, direção e controle na prestação dos SERVIÇOS, incluindo o pagamento de qualquer remuneração que seja devida a eles, não existindo qualquer vínculo entre essas pessoas físicas ou jurídicas com a CONTRATANTE.

2.3. Na execução dos SERVIÇOS, a CONTRATADA deverá observar com rigor os termos e condições estabelecidos no presente CONTRATO e seus ANEXOS, incluindo, mas não se limitando a, a lei, os métodos e padrões recomendados pela ABNT, as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e de quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública, as normas internas da CONTRATANTE e, ainda, as melhores técnicas e práticas de engenharia empregadas em atividades

2.4. Fazem parte integrante deste CONTRATO o QUADRO RESUMO, as CONDIÇÕES GERAIS e os demais ANEXOS que compõem os DOCUMENTOS CONTRATUAIS.

2.5. Os termos do QUADRO RESUMO prevalecem sobre os termos destas CONDIÇÕES GERAIS, os quais prevalecem sobre os termos dos DOCUMENTOS CONTRATUAIS. Na hipótese de conflitos entre os ANEXOS, prevalecerão uns sobre os outros na ordem em que se acham listados no QUADRO RESUMO acima.

2.6. Havendo a subcontratação de empresa(s), fica a CONTRATADA integralmente responsável por qualquer obrigação decorrente de tais subcontratações, especialmente, mas não exclusivamente, as tributárias, civis, trabalhistas e relacionadas às LEIS ANTICORRUPÇÃO, pelos atos e/ou omissões desta(s), bem como pela fiscalização quanto à observância da não emissão de títulos de crédito e utilização desse CONTRATO como documento exequível por si ou terceiros. A CONTRATADA obriga-se, ainda, a permitir à CONTRATANTE a fiscalização do cumprimento dessa obrigação

3. VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

3.1. O CONTRATO vigorará pelo PRAZO DE VIGÊNCIA, se iniciando conforme o INÍCIO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, encerrando-se após o término do PRAZO DE EXECUÇÃO ou após o cumprimento de todas as obrigações contratuais, o que ocorrer por último, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

3.1.1. A CONTRATADA é responsável por todos os atrasos que tenha, por si, ou por terceiros, dado causa, nos prazos previstos neste CONTRATO.

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

3.1.2. Caso as PARTES ajustem que os efeitos do CONTRATO sejam retroativos, conforme INÍCIO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, não haverá prejuízo das obrigações da CONTRATADA e não ensejará qualquer obrigação de antecipação de pagamento, atraso, ônus, penalidade, multa e/ou encargo, principalmente financeiro, em desfavor da CONTRATANTE.

3.2. O PRAZO DE EXECUÇÃO deste CONTRATO deve considerar todos os dias necessários para as providências prévias e finais, incluindo eventual desmobilização por parte da CONTRATADA e somente poderá ser prorrogado mediante a formalização de respectivo Termo Aditivo a ser firmado pelas Partes.

3.3. Os MARCOS CONTRATUAIS, se aplicáveis, e os prazos estabelecidos neste CONTRATO, inclusive na ORDEM DE SERVIÇO INICIAL e/ou nas ORDENS DE SERVIÇO, deverão ser cumpridos pela CONTRATADA e serão utilizados para acompanhamento e controle da execução dos SERVIÇOS e aplicação de penalidades.

3.3.1. A CONTRATANTE poderá exigir, caso constate atraso, insuficiência ou incoerência nas informações da CONTRATADA em relação ao planejamento acordado pelas PARTES, a elaboração e implantação imediata de plano de ação, com aumento do pessoal, equipamentos e demais medidas necessárias, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

3.3.2. Caso seja necessária a intervenção da CONTRATANTE para solucionar qualquer questão relacionada à execução dos SERVIÇOS sob responsabilidade da CONTRATANTE, esta deverá comunicá-la, imediata e formalmente, com a antecedência necessária para que não ocorram impactos no PRAZO DE EXECUÇÃO e nos custos de execução.

3.3.3. O CONTRATO poderá ser suspenso, no todo ou em parte, mediante comunicação por escrito da CONTRATANTE à CONTRATADA, com antecedência de 30 (trinta) DIAS.

3.3.4. Na hipótese de suspensão do CONTRATO, as PARTES deverão definir, em conjunto e de boa fé, um plano de ação que contemple as medidas a serem adotadas em razão da suspensão dos SERVIÇOS e os respectivos prazos de implantação.

3.4. Caso a suspensão do CONTRATO se dê por razões imputáveis à CONTRATANTE e ocasione custos adicionais à CONTRATADA, esta deverá justificá-los e comprová-los perante a CONTRATANTE, solicitando o respectivo pagamento, que será analisado pela CONTRATANTE, não sendo aplicável qualquer tipo de indenização de uma PARTE a outra.

3.5. A suspensão do CONTRATO por razões imputáveis à CONTRATADA não dá ensejo a qualquer pagamento adicional, tampouco recebimento de indenização em razão dos custos e despesas por ela incorridos durante a referida suspensão, cabendo neste caso, à CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, o direito de rescindir unilateralmente o CONTRATO.

3.6. Caso a suspensão do CONTRATO se dê por determinação dos entes públicos, por decisão judicial, por caso fortuito ou força maior, cada PARTE arcará com seus custos adicionais decorrentes da referida suspensão.

3.7. A CONTRATADA deverá reassumir a execução do CONTRATO assim que for formalmente comunicada pela CONTRATANTE, retomando o ritmo normal da execução dos SERVIÇOS no prazo estipulado pela CONTRATANTE.

3.8. A CONTRATANTE, ainda, poderá solicitar o aumento do ritmo de execução dos SERVIÇOS. Neste caso, uma notificação informando desta necessidade será enviada pela CONTRATANTE à CONTRATADA com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência. Caso esse fato enseje custos adicionais, a CONTRATADA deverá justificá-los e comprová-los perante a CONTRATANTE, solicitando o respectivo pagamento, a fim de viabilizar análise pela CONTRATANTE, não sendo aplicável qualquer tipo de indenização.

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

4. ORDENS DE SERVIÇO

4.1. Se aplicável, a liberação das frentes de trabalho para viabilizar a execução do CONTRATO se dará mediante a emissão de ORDENS DE SERVIÇO específicas pela CONTRATANTE.

4.2. Com base na(s) ORDEM(NS) DE SERVIÇO, a CONTRATADA fará o dimensionamento dos recursos necessários para a execução da(s) referida(s) ORDEM(NS) e para o atendimento do PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, não sendo a CONTRATANTE responsável por qualquer erro ou omissão da CONTRATADA no dimensionamento de seus recursos para execução dos serviços contratados. Os recursos previstos deverão ser submetidos à aprovação da CONTRATANTE antes de sua mobilização, sem que isso signifique a assunção de responsabilidade pela CONTRATANTE quanto ao mal dimensionamento dos recursos pela CONTRATADA.

4.3. Toda e qualquer alteração e acréscimo na ORDEM DE SERVIÇO (escopo / serviços / prazo / valor) somente poderá ser realizada após análise e aprovação, por escrito, da CONTRATANTE. A execução de SERVIÇOS não contemplados na(s) ORDEM DE SERVIÇO ou em suas alterações não será considerada pela CONTRATANTE para efeito de MEDIÇÃO e sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no CONTRATO, podendo acarretar, inclusive, o encerramento do CONTRATO, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de indenização por perdas e danos.

4.4. A(s) ORDEM(NS) DE SERVIÇO aprovada(s) poderá(ão) ser reavaliada(s) sempre que houver necessidade podendo, a critério da CONTRATANTE, ter o seu escopo, prazo, quantidades e valores remanejados, reduzidos, aumentados ou cancelados. Nessa hipótese, caso eventualmente ocorram impactos no preço ou prazos originalmente ajustados, as PARTES negociarão de boa fé as novas condições alteradas.

4.5. Em caso de conflito entre as disposições do CONTRATO e os termos constantes das ORDENS DE SERVIÇO, prevalecerão as disposições do CONTRATO.

5. REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA

5.1. Pelos SERVIÇOS OBJETO do presente CONTRATO, a CONTRATANTE poderá pagar à CONTRATADA o VALOR DO CONTRATO, conforme descrito no QUADRO RESUMO. Fica desde já acordado entre as PARTES que o VALOR DO CONTRATO é o valor limite que poderá ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA em razão da realização da totalidade dos SERVIÇOS, de acordo com o estabelecido na Cláusula 6 # FORMA DE PAGAMENTO. Qualquer alteração no VALOR DO CONTRATO deverá ser formalizada por meio de Termo Aditivo Contratual.

5.1.1. Caso o TIPO DE PREÇO seja Global ou Unitário, a CONTRATANTE se compromete a remunerar apenas os SERVIÇOS efetivamente executados nos termos deste CONTRATO, não se obrigando a remunerá-los se não realizados.

5.1.2. As quantidades e os valores constantes da QQP anexa ao CONTRATO, incluem todos os itens necessários à completa e adequada execução da totalidade dos SERVIÇOS, com exceção das DESPESAS REEMBOLSÁVEIS, se aplicável. A CONTRATADA declara que realizou todas as verificações que, a seu exclusivo critério, julgou suficientes para o conhecimento das condições que afetam ou possam vir a afetar a execução dos SERVIÇOS, o dimensionamento dos recursos, os seus custos e os prazos de execução do OBJETO deste CONTRATO, não sendo a CONTRATANTE responsável por qualquer custo adicional ou compensação em razão erro ou omissão da CONTRATADA na elaboração de sua proposta.

2.3. A CONTRATADA: (i) declara ter ciência das condições da(s) região(ões) onde serão realizados os SERVIÇOS, inclusive os regulamentos e normas vigentes no(s) local(is) da prestação dos SERVIÇOS e todos os demais fatores e condições relativos à execução dos mesmos; (ii) assume total responsabilidade pela avaliação dos preços e prazos ora ajustados; (iii) responsabiliza-se por qualquer dificuldade ou custo correlato não previsto para a prestação dos SERVIÇOS e, (iv) não poderá reclamar ou solicitar indenização, compensação, pagamento, alteração dos preços ou dos prazos previstos neste CONTRATO, que tenham como origem erros ou omissões porventura cometidos na elaboração de sua Proposta Técnica e Comercial, ou por quaisquer motivos relacionados ao(s) local(is) dos SERVIÇOS e/ou às condições estabelecidas no CONTRATO; (v) concorda que todo custo relacionado à prevenção do COVID-19 destinado à proteção individual de seus COLABORADORES, incluindo mas não se limitando a máscaras, álcool em gel,

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

testes, são considerados Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e, portanto, são de responsabilidade integral da CONTRATADA e já foram considerados nos custos dos SERVIÇOS.

5.2. Não haverá, sob qualquer título ou pretexto, alteração na remuneração aqui prevista quando, a fim de atender à programação acordada, a CONTRATADA realizar trabalhos em horários extraordinários, noturnos ou em domingos e feriados, ou mobilizar equipamentos ou outros recursos adicionais com a mesma finalidade, a menos que o fato gerador que tenha motivado a alocação dos recursos adicionais seja de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE.

5.3. Sempre que alterações no escopo ou nas condições de execução dos SERVIÇOS implicarem criação de novos preços ou em alterações nos preços contratados, a CONTRATADA deverá informar à FISCALIZAÇÃO e/ou GESTOR DO CONTRATO, por escrito e antes da execução das atividades, a extensão das alterações de preços, que deverão ser aprovadas pela CONTRATANTE e formalizadas por meio de Termo Aditivo.

5.4. As DESPESAS REEMBOLSÁVEIS serão quitadas, desde que previamente autorizadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA, mediante a apresentação da comprovação estabelecida nos critérios de medição.

5.5. Caso tenha sido estipulado, no QUADRO RESUMO, um ÍNDICE DE REAJUSTE, o saldo do VALOR DO CONTRATO será reajustado automática e anualmente pelo ÍNDICE DE REAJUSTE, sendo o primeiro reajuste aplicado 12 (doze) meses após a DATA-BASE, independentemente da assinatura de Termo Aditivo Contratual entre as PARTES. Se não tiver sido estipulado ÍNDICE DE REAJUSTE, o VALOR DO CONTRATO será fixo e irrevogável.

5.8. O reajuste não incidirá sobre a parcela do preço ou sobre os preços unitários de obrigações e/ou serviços em atraso por responsabilidade da CONTRATADA.

5.8.1. Fica acordado entre as PARTES que o reajuste é regido unicamente pelas previsões contidas nesta cláusula, não devendo se vincular a qualquer tipo de previsões contidas em convenções coletivas, acordos coletivos e afins.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos relativos a este CONTRATO serão realizados conforme apurado em procedimento de medição descrito em documento com indicação de todos os SERVIÇOS e, se aplicável, fornecimentos realizados no MÊS DE REFERÊNCIA indicado neste instrumento, composto pelo BOLETIM MENSAL DE MEDIÇÃO, memórias de cálculo, evidências, relatórios, comprovantes, atestados, documentos exigidos conforme critério de medição e demais documentos que forem necessários para a completa comprovação das atividades executadas e para aprovação e liberação da medição, conforme estabelecido no CONTRATO (#MEDIÇÃO#).

6.2.1. Se a FORMA DE PAGAMENTO for: (i) Parcela Única, a CONTRATADA procederá, no prazo indicado no QUADRO RESUMO, e respeitado o MÊS DE REFERÊNCIA, a medição desta parcela; (ii) Parcela Fixa Mensal, a CONTRATADA procederá, mensalmente, a MEDIÇÃO da parcela efetivamente executadas no MÊS DE REFERÊNCIA; ou (iii) Medição Mensal dos Preços Unitários, a CONTRATADA procederá à MEDIÇÃO dos SERVIÇOS, conforme EVENTOS GERADORES DE PAGAMENTO efetivamente executados no MÊS DE REFERÊNCIA.

6.2. Em nenhuma hipótese, EVENTOS GERADORES DE PAGAMENTO executados fora do prazo previsto, ainda que de forma antecipada, serão considerados efetivamente realizados para fins de MEDIÇÃO, exceto se previamente autorizados pela CONTRATANTE, por escrito.

6.3. A CONTRATADA procederá, mensalmente, a MEDIÇÃO dos SERVIÇOS, conforme fatos, atividades, serviços, fornecimentos, etapas ou fases correspondentes aos SERVIÇOS, cuja execução, conclusão ou entrega, total ou parcial enseja o direito da CONTRATADA de receber os pagamentos respectivos (#EVENTOS GERADORES DE PAGAMENTO#) efetivamente executados no MÊS DE REFERÊNCIA.

6.3.1. Em nenhuma hipótese, EVENTOS GERADORES DE PAGAMENTO executados fora do prazo previsto, ainda que de forma antecipada, serão

considerados efetivamente realizados para fins de MEDIÇÃO, exceto se previamente autorizados pela CONTRATANTE, por escrito.

6.4.2. Se a FORMA DE PAGAMENTO for (i) conforme o cumprimento dos MARCOS CONTRATUAIS, a CONTRATADA deverá emitir o BOLETIM DE MEDIÇÃO após o MARCO CONTRATUAL e observado o PERÍODO DE REFERÊNCIA; ou (ii) conforme o CRONOGRAMA FÍSICO CONTRATUAL, este deverá ser medido pela CONTRATADA mensalmente, respeitado o PERÍODO DE REFERÊNCIA.

6.4. No primeiro dia útil seguinte ao MÊS DE REFERÊNCIA, a CONTRATADA emitirá o respectivo relatório que comporá a MEDIÇÃO, contendo as atividades desempenhadas no MÊS DE REFERÊNCIA e a descrição e comprovação dos acontecimentos que gerem pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA (#BMM# ou #BOLETIM MENSAL DE MEDIÇÃO#), discriminando a Parcela ou o EVENTO GERADOR DE PAGAMENTO executado até o último dia do MÊS DE REFERÊNCIA e o respectivo valor.

6.4.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao GESTOR DO CONTRATO, junto com o BMM, as memórias de cálculo, as evidências que comprovam a efetiva execução dos SERVIÇOS, bem como os demais documentos exigidos conforme critério de medição. A CONTRATANTE tem assegurado o direito de verificar a efetiva execução dos SERVIÇOS e de averiguar todas as informações contidas no BMM e na documentação fornecida e/ou de exigir da CONTRATADA as comprovações complementares que julgar necessárias, a seu exclusivo critério.

6.4.2. Após receber o BMM com toda a documentação pertinente, a CONTRATANTE terá até 05 (cinco) dias úteis para aprovar ou para indicar as correções a serem realizadas pela CONTRATADA. Eventuais pontos controversos não solucionados neste prazo serão excluídos do BMM, devendo a CONTRATANTE aprovar o restante da medição dentro do prazo supra. Os pontos controversos serão mantidos em discussão até entendimento entre as PARTES e somente serão incluídos na próxima MEDIÇÃO, sem que sobre isso recaia à CONTRATANTE qualquer ônus ou encargo adicional.

6.4.3. A entrega e aceitação do BMM não configura aceitação implícita ou tácita dos SERVIÇOS, mas apenas reconhece que os SERVIÇOS apresentados reuniram condições para serem medidos e pagos, podendo a CONTRATANTE rejeitá-los posteriormente e, até mesmo, quando necessário, providenciar o estorno nas MEDIÇÕES seguintes dos respectivos valores pagos indevidamente.

6.4.4. O BMM original aprovado, contendo a assinatura/identificação dos representantes das PARTES, juntamente com toda a documentação que lhe deu suporte, deverá ser encaminhado para a CONTRATANTE. A falta de observância desse procedimento pela CONTRATADA impedirá que a próxima MEDIÇÃO seja processada, não incidindo qualquer penalidade ou acréscimo a ser suportado pela CONTRATANTE.

6.5. Para realização do pagamento após a aprovação do BMM, a CONTRATANTE autorizará a CONTRATADA, por e-mail, a emitir a respectiva Nota Fiscal, que deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes dados: (i) dados da CONTRATANTE, conforme UNIDADE DE FATURAMENTO (ii) Número do CONTRATO; (iii) número da medição, entendido como o número de identificação para recepção da Nota Fiscal no sistema da CONTRATANTE, que será fornecido pela CONTRATANTE juntamente com a autorização para emissão da NOTA FISCAL; (iv) número MIRO, entendido como o número de identificação para recepção da NOTA FISCAL no sistema da CONTRATANTE, que será fornecido pela CONTRATANTE juntamente com a autorização para emissão da Nota Fiscal; (v) Descrição dos serviços executados; e (vi) Local da prestação dos serviços.

6.5.1. Quando os SERVIÇOS forem prestados em mais de um município, deverão ser emitidas Notas Fiscais distintas para cada município, contemplando os respectivos SERVIÇOS executados naquela localidade, nas hipóteses em que a legislação tributária assim o determinar.

6.5.2. A CONTRATADA deverá emitir e enviar a Nota Fiscal para o e-mail tributario@fundacaorenova.org, no mesmo dia em que receber a autorização para emissão, exceto quando a autorização de emissão for enviada pela CONTRATANTE após às 16h (dezesesseis horas). Neste caso, a Nota Fiscal deverá ser emitida e entregue até 12h (doze horas) do primeiro dia útil subsequente.

6.5.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida até o último dia útil do MÊS DE REFERÊNCIA. Caso isso não ocorra por demora ou negligência de qualquer das PARTES, a PARTE inadimplente será responsável por todos e quaisquer encargos devidos, bem como eventuais juros e multas impostos pelas autoridades competentes em decorrência desse fato. Nessa hipótese, se a PARTE Inadimplente for a CONTRATADA, os encargos, juros e multas serão

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

deduzidos dos próximos pagamentos devidos à CONTRATADA.

6.5.4. Se a FORMA DE PAGAMENTO for Parcela Única, a Nota Fiscal deve ser emitida no mesmo mês do fato gerador.

6.5.5. Ocorrendo atraso na entrega da Nota Fiscal ou se for constatado pela CONTRATANTE erros, falhas ou divergências na sua apresentação, o seu vencimento será prorrogado pelo mesmo número de dias do atraso ou da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida, não incidindo qualquer atualização, acréscimos ou penalidade sobre os pagamentos devidos.

6.6. O pagamento será realizado conforme PRAZO DE PAGAMENTO, mediante crédito/transferência eletrônica - TED em conta, conforme DADOS BANCÁRIOS DA CONTRATADA. Caso o dia de vencimento se dê em um sábado, domingo ou feriado bancário, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente. Para todos os fins, o comprovante do crédito bancário servirá como prova de quitação do pagamento.

6.7. A ausência de qualquer contestação, por parte da CONTRATADA, em relação ao pagamento efetuado, no prazo de 60 (sessenta) DIAS contados da data do depósito, caracterizará a quitação plena, rasa, geral e irrevogável conferida pela CONTRATADA à CONTRATANTE, relativamente ao pagamento efetuado, não cabendo à CONTRATADA qualquer reivindicação posterior, a qualquer título.

6.8. Caso, eventualmente, a CONTRATADA tenha qualquer reivindicação relativa à medição, deverá apresentá-la por escrito à CONTRATANTE quando da apresentação do BMM. Não havendo, nesta oportunidade, qualquer manifestação pela CONTRATADA, esta declara nada ter a pleitear até a data de apresentação do BMM e concorda que, em análise de eventual pleito futuro, não serão considerados fatos anteriores ao último BMM apresentado antes do pleito. A CONTRATADA fica desde já ciente que a CONTRATANTE não aceitará e não analisará registros de pleitos apresentados após o envio do BMM.

6.9. Na eventualidade de algum pagamento ter sido efetuado indevidamente ou com valor superior ao efetivamente devido, a diferença identificada deverá ser devolvida pela CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS contados da data do recebimento da notificação acerca da ocorrência, mediante crédito bancário em conta a ser indicada pela CONTRATANTE ou, ainda, a critério da CONTRATANTE, poderá ser descontada de pagamentos futuros, inclusive relativos a outros créditos que a CONTRATADA porventura tenha junto à CONTRATANTE.

6.10. No caso de mudança dos DADOS BANCÁRIOS DA CONTRATADA, tal fato deverá ser comunicado à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) DIAS da data da próxima MEDIÇÃO, no sistema informado pelo GESTOR DO CONTRATO, indicando o novo estabelecimento bancário e/ou a nova conta, sob pena de o depósito ser validamente efetuado na conta anteriormente indicada.

6.11. A CONTRATADA declara estar ciente e concordar que, no cálculo do valor final a ser efetivamente pago pela CONTRATANTE, em cada Nota Fiscal, serão efetuados os descontos previstos no CONTRATO, inclusive os decorrentes de retenções, penalidades e multas, quando aplicadas, além das eventuais indenizações decorrentes do CONTRATO e aqueles definidos pela legislação em vigor.

6.12. Na hipótese de atraso no pagamento de Nota Fiscal, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de correção monetária calculada pelo IGP-M/FGV pro rata die ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, juros de 0,5% (meio por cento) ao mês (calculado pro rata die) e de multa de 0,5% (meio por cento).

6.13. Os pagamentos sustados / impugnados / contestados pela CONTRATANTE não estão sujeitos a qualquer atualização e incidências de ônus financeiros para a CONTRATANTE, relativos ao período contestado, até que a CONTRATADA atenda completamente às exigências formuladas pela CONTRATANTE.

6.14. É vedado à CONTRATADA, sob pena de rescisão contratual, ceder total ou parcialmente, oferecer em garantia ou realizar qualquer operação comercial tendo por objeto crédito decorrente deste CONTRATO, bem como descontar em banco duplicatas emitidas sobre faturas ou endossá-las a terceiros, salvo prévia e expressa concordância, por escrito, em cada caso, da CONTRATANTE. Qualquer operação de #trava bancária# não será

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

oponível à CONTRATANTE.

6.14.1. Sem prejuízo do disposto acima, a concordância da CONTRATANTE não se dará, em qualquer caso, sem que os títulos e documentos em vias de emissão sejam fundados em SERVIÇOS regularmente apresentados e aceitos pelo GESTOR DO CONTRATO e se destinem à operação em estabelecimento Bancário ou Financeiro indicado pela CONTRATADA e localizado na praça de pagamento prevista neste CONTRATO, obrigando-se a CONTRATADA a dar ciência formal à instituição financeira dos termos deste CONTRATO, encaminhando comprovação dessa ciência para a CONTRATANTE.

6.15. Caso ocorra comprovado descumprimento da CONTRATADA de quaisquer obrigações contratuais, incluindo, mas não se limitando, às obrigações: (i) de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, técnica, de gestão, atraso, insuficiência ou incoerência nas informações prestadas ou no fornecimento de documentos e comprovantes; e, (ii) relacionadas à apresentação e/ou reforço das garantias previstas na cláusula GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL deste CONTRATO, fica desde já autorizada a CONTRATANTE a realizar a retenção de parte ou totalidade dos pagamentos da CONTRATADA, até que seja sanado o referido descumprimento do CONTRATO.

6.15.1. Na ocorrência dos descumprimentos do item (i) da cláusula 6.15 acima, caso já tenham sido liberados pela CONTRATANTE todos os pagamentos e importâncias devidas à CONTRATADA ou às suas subcontratadas, assistirá à CONTRATANTE o direito de cobrar tais obrigações da CONTRATADA ou de suas subcontratadas, mediante notificação extrajudicial ou na forma da lei processual civil, servindo o presente instrumento como título executivo hábil à cobrança. A retenção referente à hipótese tratada no item (ii) acima não substitui a garantia contratual prevista neste CONTRATO e o valor integral das retenções será devolvido à CONTRATADA em até 30 (trinta) DIAS da apresentação da referida garantia. As importâncias retidas na forma do item acima serão liberadas à CONTRATADA quando o fato gerador da retenção for comprovadamente sanado ou indenizado. Esses valores não sofrerão a incidência de quaisquer correções monetárias ou juros.

7. TRIBUTOS

7.1. Todos e quaisquer tributos, emolumentos, encargos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o OBJETO do presente CONTRATO, bem como os eventuais juros e multas, impostos pelas autoridades competentes, são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.1.1. Cada PARTE responderá pelo recolhimento dos tributos pelos quais seja responsável como contribuinte conforme definição legal. A CONTRATANTE procederá, no momento dos pagamentos, às retenções na fonte e efetuará os recolhimentos a que estiver obrigada na forma da legislação vigente.

7.2. Quando a CONTRATANTE, por decorrência de lei, estiver obrigada a efetuar a retenção e o recolhimento de tributos, o montante retido será deduzido do valor a pagar. Caso os SERVIÇOS sejam executados em mais de um Município, a retenção e posterior recolhimento dos tributos se darão de acordo com a proporção da execução em cada um deles e de acordo com os respectivos requisitos legais e alíquotas.

7.3. Caso haja fornecimento de equipamentos e/ou materiais/produtos, a CONTRATADA deverá indicar claramente a classificação fiscal, a NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) e a incidência dos tributos sobre o fornecimento de equipamentos e/ou materiais, de acordo com a legislação em vigor, sendo a única e exclusiva responsável, perante as autoridades fazendárias, pela definição de incidência tributária e classificação fiscal adotada.

7.4. O diferencial de alíquota referente ao ICMS (DIFAL) incidente sobre o fornecimento de equipamentos e/ou materiais, se devido, será pago pela CONTRATADA na ocasião da ocorrência do fato gerador.

7.5. Eventuais alterações na legislação que impactem na tributação relativa a este CONTRATO, para mais ou para menos, serão objeto de análise e negociação entre as PARTES, de modo a se determinar a sua influência final sobre os preços contratuais.

7.6. As despesas decorrentes de ações administrativas/judiciais visando discutir atos do Poder Público que alterem os encargos acima indicados serão de

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

8. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Sem prejuízo das demais obrigações presentes neste CONTRATO, são obrigações da CONTRATADA:

(a) se aplicável, iniciar a mobilização para a prestação dos SERVIÇOS após a autorização da CONTRATANTE, realizando-a dentro do PRAZO DE MOBILIZAÇÃO, findo o qual se inicia a contagem do PRAZO DE EXECUÇÃO dos SERVIÇOS;

(b) realizar os SERVIÇOS em conformidade com este CONTRATO, valendo-se da melhor técnica e padrões aplicáveis aos serviços desta natureza, obedecendo, no que for aplicável, a instruções e medidas de segurança ou que forem determinadas pela CONTRATANTE ou pelo Poder Público, tais como licenças, alvarás, autorizações, observando toda a legislação, as normas técnicas aplicáveis, assim como os princípios, valores e ética adotados pela CONTRATANTE em sua atividade, respondendo, diretamente, pela qualidade e pela adequação dos SERVIÇOS;

apresentar, na periodicidade estabelecida no CONTRATO, ou sempre que solicitado pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da solicitação, as quitações legalmente exigíveis ou que venham a ser exigidas por lei de todo e qualquer encargo que se referir à execução dos SERVIÇOS, além dos documentos que comprovem o cumprimento das obrigações contratuais e legais referentes à execução dos SERVIÇOS;

(c) fornecer toda a supervisão, mão de obra direta e indireta, equipamentos (inclusive EPI), materiais, acessórios, pertencas, ferramentas e todos os demais recursos e insumos necessários e na qualidade requerida para o cumprimento dos prazos e condições estabelecidos no CONTRATO, nas ORDENS DE SERVIÇO, além do transporte em veículo apropriado aos colaboradores envolvidos nas atividades do CONTRATO, se aplicáveis;

(d) assumir a responsabilidade pelas despesas com indenizações/reclamações decorrentes de prejuízos e perdas e danos (físicos, materiais e morais) causados, direta ou indiretamente, por seus COLABORADORES à CONTRATANTE, a terceiros e ao meio ambiente, em decorrência de suas ações ou omissões e de seus COLABORADORES, na execução do CONTRATO, inclusive nos casos em que o montante for superior ao da garantia oferecida pela CONTRATADA. Nenhuma das PARTES será responsável, perante a outra, por lucros cessantes;

(e) assumir única e exclusiva responsabilidade pelas obrigações decorrentes dos contratos de trabalho de seus COLABORADORES, inclusive por eventuais inadimplementos trabalhistas em que possa incorrer, não existindo, por conseguinte, vínculo empregatício entre os COLABORADORES da CONTRATADA e da CONTRATANTE;

(f) isentar e defender a CONTRATANTE contra quaisquer vínculos, liames ou reivindicações de subcontratados ou de terceiros com ela relacionados, com fundamento no OBJETO deste CONTRATO;

(g) comunicar, imediatamente, à CONTRATANTE, por escrito, caso encontre erros ou omissões na REQUISICÃO TÉCNICA ou demais especificações contratuais, antes do início de qualquer atividade a seu cargo que possa ser afetada pelo erro ou omissão, suspendendo qualquer atividade que ponha em risco a segurança dos profissionais das PARTES ou de terceiros, independentemente de solicitação da CONTRATANTE.

(h) após o término dos SERVIÇOS ou em caso de extinção do CONTRATO, providenciar a retirada, às suas custas, das máquinas, equipamentos, veículos, utensílios, acessórios, ferramentas, materiais e instalações provisórias de sua propriedade e de seus subcontratados, que estejam nas instalações da CONTRATANTE, removendo-os dentro do prazo a ser acordado entre as PARTES, não superior a 60 (sessenta) DIAS, a contar da solicitação escrita da CONTRATANTE, sob pena de retirada pela CONTRATANTE mediante cobrança das respectivas despesas e custos eventualmente necessários para acautelar a ocorrência de danos, inclusive os das coberturas de seguros aplicáveis;

(i) guardar, durante a vigência do CONTRATO e por no mínimo 2 (dois) anos após o encerramento da vigência deste instrumento, salvo se o prazo

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

determinado conforme legislação aplicável for superior, os comprovantes de cumprimento das suas obrigações legais relacionados aos SERVIÇOS, incluindo mas não se limitando às obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias, mantendo-os à disposição da CONTRATANTE, ou de quem esta designar, inclusive com registros precisos e atualizados de todos os custos referentes aos SERVIÇOS e obrigações relacionadas com este CONTRATO para fins de auditoria;

(j) informar a CONTRATANTE da ocorrência de todas as fiscalizações realizadas por agentes públicos, para que essas possam ser acompanhadas por, ao menos, 2 (dois) de seus colaboradores, ou então, nos casos em que a participação da CONTRATANTE seja impossível, que as fiscalizações sejam acompanhadas por, ao menos, 2 (dois) colaboradores da CONTRATADA, que deverão enviar relatório escrito e assinado descrevendo as interações com os agentes públicos;

(k) respeitar as regras do Programa de Estímulo à Contratação Local, se aplicável, obtendo sempre prévia e expressa autorização da CONTRATANTE para não atendimento desta obrigação, mediante justificativa razoável;

(l) assumir, única e exclusivamente, a responsabilidade pela guarda, vigilância e segurança de seus bens e de bens de propriedade da CONTRATANTE que estejam sob seu controle, utilizados no âmbito desse CONTRATO;

(m) adotar todas as precauções para a manutenção da ordem no(s) local(is) onde será(ão) realizado(s) o(s) SERVIÇOS ou fora dele(s); e

(n) não empregar, direta ou indiretamente, e a zelar para que seus subcontratados não empreguem, em qualquer hipótese, mão de obra infantil, trabalho análogo ao escravo, trabalho degradante, trabalho forçado ou em violação a demais disposições da legislação trabalhista brasileira, sob pena de rescisão contratual.

8.2. Sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações previstas neste CONTRATO, a CONTRATANTE se obriga a realizar os pagamentos, nos termos deste CONTRATO e a fornecer à CONTRATADA as informações necessárias à execução dos SERVIÇOS, sempre que solicitado.

8.3. Constitui atribuição da FISCALIZAÇÃO e/ou do GESTOR DO CONTRATO, no contexto do CONTRATO, fiscalizar a prestação dos SERVIÇOS, tendo poderes para verificar o seu fiel cumprimento, inclusive em relação aos projetos e especificações, definições, prazos de execução, planejamento, qualidade, entre outros, dando orientações necessárias ao PREPOSTO, em nome da CONTRATANTE.

8.4. O atendimento de exigências da FISCALIZAÇÃO e/ou do GESTOR DO CONTRATO não importará em diminuição das responsabilidades da CONTRATADA pelo cumprimento de prazos, qualidade e escopo dos SERVIÇOS.

8.5. Entre outras atividades de fiscalização, gestão e orientação, a FISCALIZAÇÃO e/ou o GESTOR DO CONTRATO, poderão:

(a) recusar os profissionais cuja habilitação e experiência profissional julgarem inadequada para a execução dos SERVIÇOS, correndo, por conta exclusiva da CONTRATADA, quaisquer ônus decorrentes de eventual substituição;

(b) suspender os SERVIÇOS, a qualquer momento, mediante envio de comunicação escrita à CONTRATADA ou recusar a utilização de equipamentos considerados inadequados para execução dos SERVIÇOS;

(c) verificar, nos registros e documentação da CONTRATADA, o cumprimento das obrigações legais e contratuais de sua responsabilidade; e

(d) recusar e, se for o caso, ordenar a reexecução de qualquer trabalho que não esteja de acordo com as especificações e padrões de qualidade exigidos, memoriais descritivos, ORDENS DE SERVIÇO ou em discordância com as exigências constantes desse CONTRATO.

8.5.1. No caso de inobservância, pela CONTRATADA, das exigências da FISCALIZAÇÃO e/ou do GESTOR DO CONTRATO, poderá a

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, suspender a execução dos SERVIÇOS e de sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal da CONTRATADA até a regularização da situação, mediante ciência, por escrito, à CONTRATADA.

8.5. Sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações previstas neste CONTRATO, as PARTES se obrigam a: (i) credenciar um representante e substituí-lo, em caso de ausência ou impedimento (#GESTOR DO CONTRATO# para a CONTRATANTE e #PREPOSTO# para a CONTRATADA), por escrito, com experiência comprovada em atividades inerentes aos SERVIÇOS, para representá-las, com plenos poderes para tomar as providências que se fizerem necessárias para o bom cumprimento do CONTRATO; e (ii) comunicar a eventual alteração à outra PARTE por escrito do respectivo representante, sob pena de serem consideradas válidas todas as comunicações dirigidas aos gestores inicialmente indicados; (iii) se aplicável, a partir da conclusão dos SERVIÇOS, emitir o Termo de Entrega e Recebimento Provisório (#TERP#), em até 05 (cinco) dias úteis da solicitação da CONTRATADA, em 02 (duas) vias assinadas pelos GESTOR DO CONTRATO e pelo PREPOSTO, desde que as comprovações do cumprimento de encargos e obrigações contratuais da CONTRATADA seja integralmente atendida, e, nessa hipótese, emitir o Termo de Recebimento Definitivo (#TERD#) após o decurso do prazo de 30 (trinta) dias contado da data do último TERP, mediante a comprovação de todas as obrigações legais e contratuais da CONTRATADA, lavrado em 02 (duas) vias e assinados pelo GESTOR DO CONTRATO e pelo PREPOSTO, cuja emissão não exime a CONTRATADA de qualquer obrigação ou responsabilidade remanescente, seja de natureza contratual ou não, bem como fixa o termo inicial dos prazos prescricionais; (iv) caso não sejam aplicáveis as previsões das alíneas (iii) supra, emitir formulário específico de aceitação dos SERVIÇOS, antes da assinatura do termo de encerramento do CONTRATO.

8.6. Fica acordado entre as PARTES que os processos de obtenção de Alvarás, Autorizações e Licenças, ou outros procedimentos junto a órgãos governamentais, que sejam de responsabilidade da CONTRATADA, deverão ser conduzidos com o acompanhamento de colaboradores da CONTRATANTE.

9. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1. Como garantia dos SERVIÇOS contratados, incluindo, mas não se limitando a eventuais multas, indenizações, ressarcimentos, despesas para refazimentos de SERVIÇOS, obrigações trabalhistas ou previdenciárias, a CONTRATADA prestará as garantias indicadas no QUADRO RESUMO.

9.2. Caso tenha sido escolhida a opção Carta de Fiança Bancária, esta deverá ser emitida por empresa com reconhecida solidez financeira e idoneidade, nos termos estabelecidos neste CONTRATO.

9.2.1. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, desde que justificadamente, rejeitar ou solicitar a substituição da fiadora ou da fiança apresentada, devendo a CONTRATADA providenciar a sua substituição em até 10 (dez) dias úteis da solicitação, às suas custas, sob pena de bloqueio dos pagamentos devidos e encerramento imediato do CONTRATO.

9.2.2. A Carta de Fiança Bancária deverá conter, explicitamente, a renúncia do fiador ao direito previsto no Artigo 827 do Código Civil Brasileiro, na forma admitida pelo Artigo 828 do mesmo código.

9.3. A garantia de que trata essa cláusula deverá ser entregue à CONTRATANTE até a primeira MEDIÇÃO. A entrega dessa garantia não reduz ou limita as responsabilidades da CONTRATADA.

9.4. A não apresentação das garantias previstas poderá ensejar, a critério da CONTRATANTE, a rescisão do CONTRATO, por responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo das demais penalidades e multas estabelecidas neste instrumento.

9.5. Se, por qualquer motivo, houver possibilidade de expiração da GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL antes do encerramento do CONTRATO, ou na hipótese de as PARTES decidirem aditar este CONTRATO, a CONTRATADA deverá reforçar ou substituir a garantia prestada e comprovar o cumprimento dessa obrigação em prazo não inferior a 10 (dez) dias úteis da expiração ou antes da assinatura do Termo Aditivo Contratual.

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

9.6. Em caso de Carta de Fiança Bancária, não sendo possível obter a substituição ou reforço da garantia antes da sua expiração ou da assinatura do Termo Aditivo Contratual, a CONTRATADA poderá obter declaração do fiador, por escrito, obrigando-se a apresentar a substituição ou reforço de garantia em até 10 (dez) dias úteis, sob pena de rescisão do CONTRATO.

9.7. Caso a CONTRATADA deixe de cumprir qualquer das suas obrigações principais relacionadas ao CONTRATO, a qualquer tempo, fica assegurado à CONTRATANTE executar as garantias, independentemente do 30º do CONTRATO, para receber o valor de quaisquer débitos imputados à CONTRATANTE, incluindo as penalidades contratualmente exigíveis da CONTRATADA, pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, bem como para compensar a CONTRATANTE por prejuízos ou perdas e danos exigíveis nos termos deste CONTRATO e da lei, independentemente de interferência ou autorização judicial ou extrajudicial, e de prévia justificação.

9.8. Caso a garantia prevista nessa cláusula seja utilizada pela CONTRATANTE sem que tenha havido o encerramento do CONTRATO, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição da garantia contratual nos mesmos termos previstos acima, em um prazo não superior a 10 (dez) dias úteis de sua utilização, sob pena de rescisão contratual.

9.9. Todos os custos e despesas decorrentes da obtenção e manutenção das garantias serão suportados pela CONTRATADA.

10. SEGUROS

10.1. Caso estabelecido no QUADRO RESUMO, a CONTRATADA obriga-se a contratar e manter válidos e eficazes, em companhia seguradora idônea e de primeira linha, por todo o período de vigência do CONTRATO e por mais 60 (sessenta) DIAS após o PRAZO DE EXECUÇÃO dos SERVIÇOS, os SEGUROS definidos no QUADRO RESUMO, ficando responsável pelo pagamento dos prêmios, pelas franquias dos sinistros, exceto em caso de culpa exclusiva da CONTRATANTE.

10.2. A CONTRATADA poderá providenciar, por sua conta, cobertura de seguro para outros riscos que julgar pertinentes aos SERVIÇOS, sem, entretanto, ficar desobrigada de quaisquer responsabilidades pelo fato de haver providenciado tais apólices.

10.3. A omissão da CONTRATADA e/ou de suas subcontratadas em efetuar os SEGUROS exigidos neste CONTRATO e dos obrigatórios por lei é de sua plena e exclusiva responsabilidade.

10.4. A CONTRATADA deverá comprovar a contratação dos SEGUROS de sua responsabilidade, nos termos deste CONTRATO, até a data da primeira MEDIÇÃO. A não observância desse procedimento constituirá descumprimento de obrigação contratual e impedirá que a MEDIÇÃO seja processada, até que a obrigação prevista seja comprovada, não incidindo qualquer penalidade ou acréscimo a ser suportado pela CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades contratuais e legais cabíveis.

10.5. Sempre que não for proibido por lei e caso não acordado de outra maneira pelas PARTES, todas as indenizações de seguros ou coberturas deverão ser repassadas para a CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA, nos casos em que a modalidade de seguro permitir, nomear a CONTRATANTE como única beneficiária dos SEGUROS.

10.6. A CONTRATADA obriga-se a incluir a CONTRATANTE nas apólices de seguro contratadas, na qualidade de cossegurada, de forma que não possa ser acionada, diretamente ou por via regressiva, em decorrência de indenizações que a seguradora tenha eventualmente que efetuar, sem que isto implique em quaisquer ônus e/ou pagamentos de prêmios de seguros por parte da CONTRATANTE.

10.7. A CONTRATADA não poderá cancelar, antecipar o vencimento ou reduzir a cobertura das apólices antes do prazo mencionado no item 10.1. acima, salvo mediante aviso por escrito, com antecedência de 30 (trinta) DIAS e consequente consentimento por escrito da CONTRATANTE. As apólices contratadas pela CONTRATADA deverão conter disposições que obriguem a seguradora a notificar a CONTRATANTE sobre eventuais cancelamentos, alterações ou violações substanciais das condições da referida apólice de seguro.

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

10.8. Caso, durante a vigência deste CONTRATO, (i) qualquer das apólices contratadas perca sua validade, eficácia ou exigibilidade, (ii) as PARTES firmem Termo Aditivo Contratual que venha a alterar quaisquer das condições dos SEGUROS objeto desta Cláusula; ou (iii) o valor de qualquer das apólices acima descritas torne-se, por qualquer motivo, inferior às respectivas coberturas mínimas exigidas, a CONTRATADA obriga-se a: (i) apresentar nova apólice em termos satisfatórios à CONTRATANTE; ou (ii) reforçar as garantias prestadas inicialmente de modo a restabelecer as respectivas coberturas mínimas exigidas e pelos prazos exigidos, em ambos os casos, no prazo máximo de 15 (quinze) DIAS a contar do fato gerador da perda de validade, eficácia ou exigibilidade ou da data de assinatura do Termo Aditivo Contratual.

10.8.1. A responsabilidade da CONTRATADA é integral, não se limitando ao valor dos seguros contratados. Independentemente das importâncias seguradas, a CONTRATADA responde por perdas, danos, inclusive franquias e ações de ressarcimento por parte das seguradoras contratadas pela CONTRATANTE, quando houver a sua responsabilidade pelos prejuízos causados e indenizados diretamente à CONTRATANTE.

10.9. A CONTRATADA dará conhecimento à CONTRATANTE, às seguradoras e à corretora de seguros indicada pela CONTRATANTE, de eventual incidente suscetível de agravar os riscos cobertos pelas apólices relativas a este CONTRATO; confirmará, por escrito, todos os incidentes que possam dar origem a eventual reclamação e/ou indenização com base nas apólices de seguros contratadas; assim como deverá comunicar à CONTRATANTE, de imediato, a ocorrência de qualquer sinistro, sob pena de responsabilização pelas consequências advindas de sua eventual omissão.

10.10. Se houver prorrogação do PRAZO DE EXECUÇÃO do presente CONTRATO, a CONTRATADA promoverá a respectiva prorrogação no prazo de validade das apólices, observado o saldo do VALOR DO CONTRATO, com eventual reajustamento, de modo que a execução dos SERVIÇOS esteja sempre sob a cobertura dos seguros correspondentes.

11. PENALIDADES

11.1. Caso seja verificado inadimplemento contratual ou descumprimento de qualquer norma, a PARTE prejudicada notificará a PARTE inadimplente para sanar, se possível for, o descumprimento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação nesse sentido.

11.2. Caso o inadimplemento das obrigações não seja sanado pela PARTE inadimplente, conforme estabelecido no item 11.1. acima, a PARTE prejudicada poderá aplicar as seguintes penalidades, mediante envio de notificação:

(a) multa de 10% (dez por cento) do valor da última MEDIÇÃO, para cada ato de violação de qualquer obrigação contratual ou disposição normativa relativa à legislação trabalhista e ao pessoal envolvido na prestação dos SERVIÇOS, à proteção ambiental, saúde pública, ordenamento urbano, patrimônio histórico e cultural;

(b) se aplicável, multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) do VALOR DO CONTRATO, por cada MARCO CONTRATUAL não cumprido, para cada semana inteira de atraso ou fração;

(c) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do VALOR DO CONTRATO, para cada semana inteira de atraso ou fração pelo descumprimento do prazo final para execução dos SERVIÇOS; e,

(d) multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor da última MEDIÇÃO, por cada ato de descumprimento de qualquer obrigação contratual que não tenha previsão de penalidade específica neste instrumento.

11.1.1. Em caso de reincidência no descumprimento de obrigação contratual de qualquer natureza, as penalidades previstas para o descumprimento serão aplicadas em dobro, mediante notificação da PARTE prejudicada à PARTE inadimplente, indicando qual foi a obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

11.1.2. Caso o inadimplemento de quaisquer das obrigações não seja passível de saneamento, a PARTE prejudicada aplicará as penalidades e as multas previstas no CONTRATO, por evento, sem prejuízo das demais medidas cabíveis, como a rescisão do CONTRATO, mediante comunicação escrita à PARTE inadimplente.

11.2. Da mesma forma, caso a CONTRATANTE venha a sofrer qualquer multa ou outra penalidade por conta de inadimplemento da CONTRATADA, inexecução ou execução defeituosa dos SERVIÇOS contemplados no escopo deste CONTRATO, a CONTRATADA arcará com o valor das referidas penalidades e deverá arcar com todos os custos junto à CONTRATANTE, mesmo antes da conclusão de eventual processo administrativo e/ou judicial. Nesse caso, poderá a CONTRATADA pagar o valor devido diretamente à autoridade que tiver aplicado a penalidade, depositar o valor para a CONTRATANTE previamente, para que esta possa pagá-lo à respectiva autoridade ou reembolsar a CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de sua solicitação nesse sentido, o montante que tiver sido por ela pago, a exclusivo critério da CONTRATANTE.

11.3. Quaisquer multas porventura aplicadas e obrigações de reembolso serão consideradas dívida líquida e certa, a partir do momento que a CONTRATADA for notificada, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontá-las dos pagamentos devidos à CONTRATADA, ou das garantias oferecidas, ou, ainda, cobrá-las judicialmente, servindo, para tanto, o presente instrumento como título executivo extrajudicial.

11.4. Pelo pagamento das multas anteriormente mencionadas, todas de caráter não compensatório, a CONTRATADA não se exime da responsabilidade de responder por perdas e danos em virtude de prejuízos que causar à CONTRATANTE, por seu atraso, ação e omissão, bem como pela suspensão, sem justa causa, da execução dos SERVIÇOS.

11.5. Estabelecem as PARTES que a violação, pela CONTRATADA, do dever de confidencialidade previsto no item 14.8 abaixo importará aplicação de multa, não compensatória, referente a 5% (cinco por cento) do VALOR DO CONTRATO, além perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, bem como pelos honorários advocatícios (contratuais e sucumbenciais), custas processuais e outras despesas daí decorrentes.

12. EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste instrumento, o CONTRATO poderá ser rescindido, sem que sejam devidas penalidades, multas ou indenizações de uma PARTE a outra, nas seguintes hipóteses:

(a) pela CONTRATADA, caso a CONTRATANTE permaneça inadimplente por mais de 60 (sessenta) DIAS, mediante comunicação prévia da CONTRATADA;

(b) decretação de falência, requerimento de recuperação judicial ou pedido de dissolução de qualquer das PARTES; e/ou

(c) caso fortuito ou força maior, que perdure por mais de 90 (noventa) DIAS.

12.1.1. A rescisão de que trata o item 12.1 operar-se-á de pleno direito: quando do recebimento da comunicação, no caso da alínea (a); quando da decretação da falência, do requerimento de recuperação ou dissolução, no caso da alínea (b); ou na data da comunicação, transcorrido o prazo de 90 (noventa) DIAS, pela PARTE afetada em caso de ocorrência do caso fortuito ou força maior, no caso da alínea (c).

12.2. Adicionalmente, o presente CONTRATO poderá ser rescindido, pela CONTRATANTE, nas seguintes situações:

(a) inadimplemento de obrigação ou descumprimento de norma que não seja passível de ser sanado relativamente: (i) à legislação tributária; (ii) à legislação trabalhista e ao pessoal envolvido na execução dos SERVIÇOS; ou (iii) à proteção ambiental, saúde pública, ordenamento urbano e patrimônio histórico e cultural;

(b) inadimplemento de qualquer obrigação pela CONTRATADA, desde que não sanado no prazo fixado no item 12.1 e contado a partir da data do

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

recebimento da notificação nesse sentido ou não seja passível de saneamento; e,

(c) abandono, pela CONTRATADA, por mais de 10 (dez) DIAS consecutivos ou 30 (trinta) DIAS alternados da execução dos SERVIÇOS.

12.2.1. Nas hipóteses desse item 12.2, a rescisão operar-se-á de pleno direito na data de envio da notificação que a CONTRATANTE fizer à CONTRATADA, dando o CONTRATO por rescindido.

12.2.2. Nas hipóteses acima, a CONTRATANTE não está obrigada a promover a rescisão do CONTRATO, podendo, se preferir, a seu exclusivo critério, mantê-lo e promover a execução específica das obrigações inadimplidas, sem prejuízo de seu direito às penalidades aplicadas e à indenização pelas perdas e danos.

12.2.3. Nas hipóteses desse item 12.2, a rescisão acarretará a aplicação de multa rescisória equivalente a 10% (dez por cento) do VALOR DO CONTRATO, à qual se somarão as penalidades previstas na Cláusula 11 e a indenização pelas perdas e danos, se houver.

12.3. O CONTRATO poderá ser rescindido em caso de reincidência, por qualquer das PARTES, no descumprimento de obrigação contratual de qualquer natureza, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e da indenização pelas perdas e danos, se houver.

12.4. O CONTRATO poderá ser resiliado unilateralmente pela CONTRATANTE, a qualquer momento, mediante comunicação por escrito enviada à CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) DIAS, sem que sejam devidas penalidades, multas ou indenizações de uma PARTE a outra, operando-se a rescisão, de pleno direito, ao final do prazo previsto na comunicação.

12.4.1. Os direitos da CONTRATANTE relativos às consequências da extinção antecipada do CONTRATO não eliminam ou restringem o direito desta em aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas neste CONTRATO.

12.5. A CONTRATADA deverá paralisar os SERVIÇOS após a comunicação de rescisão, salvo orientação contrária fornecida pela CONTRATANTE. Os SERVIÇOS prestados até a data da comunicação serão medidos e pagos conforme o estabelecido no CONTRATO.

12.6. Além do previsto no item 12.5 acima, deverá a CONTRATADA, em caso de extinção do CONTRATO:

(a) assinar todos os instrumentos e tomar todas as demais providências necessárias para transmitir à CONTRATANTE todos os direitos, garantias, compensações, benefícios, titularidades, posse e participação da CONTRATADA com relação aos SERVIÇOS realizados até a data da rescisão; e,

(b) ceder à CONTRATANTE os subcontratos, ordens de compra, garantias, contratos de arrendamento e outros compromissos da CONTRATADA, solicitados pela CONTRATANTE. A CONTRATADA desde já autoriza, de forma irrevogável, os seus subcontratados a fazerem a cessão a que se refere esse item, na ocorrência da rescisão nos termos desta cláusula.

12.6.1. Caso a rescisão do CONTRATO se dê por culpa da CONTRATANTE e ocasione custos adicionais à CONTRATADA, esta deverá justificá-los e comprová-los perante a CONTRATANTE, solicitando o respectivo ressarcimento. A CONTRATANTE analisará as informações prestadas pela CONTRATADA e as PARTES definirão o valor do custo adicional devido, se houver.

12.6.2. A CONTRATADA se compromete a entregar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS, todos os relatórios, projetos, anteprojetos, desenhos, trabalhos, resultados de ensaios, garantias e materiais desenvolvidos pela CONTRATADA em razão dos SERVIÇOS, no estado em que estiverem, bem como quaisquer outros documentos, manuais, memorandos, desenhos, projetos de propriedade da CONTRATANTE que lhe tenham sido entregues ou que estejam em seu poder ou de terceiros.

12.7. Na hipótese de extinção do CONTRATO, por qualquer motivo: (i) as PARTES se comprometem a assinar um termo de encerramento dando

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

quitação uma a outra de todas as obrigações decorrentes do CONTRATO. As PARTES desde já ajustam que o CONTRATO será considerado plenamente encerrado e quitado se a contratada se mantiver silente e/ou inerte sobre a assinatura do termo de encerramento após o transcurso de 30 (trinta) dias do envio do termo de encerramento, via correio, para o último endereço informado pela CONTRATADA e (ii) a CONTRATANTE pagará pelos SERVIÇOS já executados, aprovados e não pagos até a data da extinção, descontadas eventuais penalidades ou multas, e despesas incorridas pela CONTRATADA até a data de término.

13. COMPLIANCE

13.1. A CONTRATADA e a CONTRATANTE cumprirão com as LEIS ANTICORRUPÇÃO, bem como as Normas de Compliance e Diretrizes de Due Diligence anexas a este instrumento, os quais estão descritos e atualizados no site www.fundacaorenova.org.

13.1.1. A CONTRATADA, bem como seus COLABORADORES que atuam nos negócios ou serviços que envolvam direta ou indiretamente a CONTRATANTE ou seus mantenedores, não violarão as LEIS ANTICORRUPÇÃO na execução do CONTRATO e se responsabiliza perante a CONTRATANTE por qualquer violação às LEIS ANTICORRUPÇÃO que venha a ser cometida por seus COLABORADORES com relação a atividades direta ou indiretamente relacionadas à CONTRATANTE.

13.2. A contratação de pessoal, pela CONTRATADA ou por suas subcontratadas de FUNCIONÁRIO PÚBLICO deverá ser notificada e submetida previamente à aprovação da CONTRATANTE, que poderá realizar trabalho de Due Diligence Reputacional do candidato(a).

13.3. Será facultado à CONTRATANTE a realização de treinamentos em compliance, anticorrupção e antifraude para os COLABORADORES da CONTRATADA, visando garantir que todos os níveis profissionais engajados na execução dos SERVIÇOS compreendam a importância da integridade para o sucesso do CONTRATO.

13.4. Será facultado ainda à CONTRATANTE a realização de Due Diligence Reputacional da CONTRATADA e/ou dos seus COLABORADORES, de modo que o eventual indício de atos praticados em desatendimento às LEIS ANTICORRUPÇÃO, que possa comprometer a imagem da CONTRATANTE, obrigará a CONTRATADA ou seu subcontratado, conforme o caso, a entregar, mediante solicitação por escrito da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, eventuais esclarecimentos relacionados aos eventos identificados.

13.4.1. Caso a CONTRATANTE considere insatisfatórios os esclarecimentos prestados pela CONTRATADA ou por seu subcontratado, conforme o caso, em relação às alegações encontradas em Due Diligence Reputacional prevista no item acima, fica facultado à CONTRATANTE a possibilidade de rescisão contratual imediata, mediante notificação.

13.5. Qualquer condenação ou investigação judicial ou administrativa da CONTRATADA e/ou seus COLABORADORES envolvidos no CONTRATO relativas à improbidade administrativa, corrupção, fraude, superfaturamento, evasão de divisas, associação criminosa, lavagem de dinheiro, crime contra a ordem econômica, ou outros ilícitos penais, civis ou administrativos, ainda que em primeiro grau de jurisdição, deverá ser comunicada à CONTRATANTE. Em caso de ocorrência de um INCIDENTE independentemente de qualquer comunicação ou notificação por parte da CONTRATADA e/ou seus COLABORADORES, a CONTRATANTE terá o direito discricionário de rescindir unilateralmente o CONTRATO, sem gerar qualquer direito a reparação por perdas e danos.

13.6. A CONTRATADA deverá registrar toda e qualquer interação que venha ter com membros da administração pública, direta ou indiretamente por meio de seus COLABORADORES, relacionada à execução do OBJETO deste CONTRATO, assumindo a obrigação de comunicar previamente a CONTRATANTE para emissão de autorização formal.

13.7. A CONTRATADA se compromete, ainda, no desempenho de qualquer ação ou negócio que envolva interesses da CONTRATANTE, direta ou indiretamente, por meio de seus COLABORADORES, a cumprir, no que seja aplicável, as condições e regras previstas no Código de Conduta e nas Políticas de Integridade, de Prevenção à Corrupção e Fraudes e nas Políticas para Oferta e Recebimento de Brindes, Presentes e Hospitalidades da

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

CONTRATANTE. Ao aceitar este instrumento, a CONTRATADA confirma a ciência do código e das políticas referidas, os quais estão descritos e atualizados no site www.fundacaorenova.org.

13.8. A CONTRATADA concorda em documentar de forma precisa e detalhada em seus livros e registros, bem como nos documentos fornecidos à CONTRATANTE, todas as transações relacionadas, direta ou indiretamente, ao presente CONTRATO e a qualquer outro contrato entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA. Tais registros deverão ser mantidos de maneira organizada pela CONTRATADA durante a vigência do CONTRATO e por um período adicional de 5 (cinco) anos após o seu término.

13.9. Qualquer violação das disposições desta cláusula pela CONTRATADA, diretamente ou indiretamente, por meio de seus COLABORADORES, autorizará a CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, a rescindir o presente instrumento, imediatamente, mediante notificação por escrito e sem qualquer obrigação da CONTRATANTE de pagar indenização ou danos à CONTRATADA ou sua subcontratada, conforme o caso. A CONTRATADA deverá, ainda, indenizar e isentar a CONTRATANTE de quaisquer prejuízos ou danos incorridos pela CONTRATANTE como resultado da violação dos termos desta cláusula.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A CONTRATANTE reserva-se o direito de auditar qualquer das etapas do OBJETO do CONTRATO, a qualquer tempo, desde que no horário normal de trabalho da CONTRATADA e de seus subcontratados.

14.2. Na eventualidade de alguma disposição do CONTRATO se demonstrar inválida, ilegal ou inexecutável, a validade, legalidade ou exequibilidade das demais disposições não serão afetadas ou prejudicadas.

14.3. Qualquer omissão ou tolerância das PARTES em exigir o estrito cumprimento de quaisquer dos termos ou condições deste CONTRATO ou em exercer direitos deles decorrentes não constituirá renúncia a tais direitos nem novação ou alteração contratual, podendo as PARTES exercê-los a qualquer tempo.

14.4. Todas as notificações exigidas ou permitidas nos termos deste CONTRATO serão enviadas por escrito, por carta registrada, com aviso de recebimento, aos endereços constantes no QUADRO RESUMO ou, por e-mail, ao GESTOR DA CONTRATANTE ou ao PREPOSTO, conforme o caso, e deverão ser respondidas no prazo máximo de 05 (cinco) DIAS, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento. Caso haja qualquer alteração no endereço, a PARTE se compromete a informar a outra PARTE, sob pena se a notificação ser considerada efetivamente entregue no antigo endereço.

14.5. Se aplicável, a CONTRATADA concede à CONTRATANTE, pelo PRAZO DE GARANTIA DOS SERVIÇOS, garantia completa contra defeitos, vícios, desempenho inferior ao especificado, vícios de qualidade e adequação, desconformidade com as especificações técnicas, projetos e normas técnicas de todos os SERVIÇOS e materiais envolvidos.

14.6. Fica expressamente pactuado que, se porventura a CONTRATANTE, qualquer de seus COLABORADORES e/ou mantenedoras for autuada, notificada, intimada ou condenada solidária ou subsidiariamente, em razão do não cumprimento, em qualquer época, de qualquer obrigação atribuível à CONTRATADA, originária deste ou de outro contrato, seja de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, civil, ambiental ou de qualquer outra espécie, assistirá à CONTRATANTE, seus COLABORADORES e/ou mantenedoras o direito de reter os pagamentos devidos à CONTRATADA, até que a mesma satisfaça a respectiva obrigação, liberando a CONTRATANTE de eventual autuação, intimação ou condenação.

14.7. Em caso de eventuais ações judiciais ou administrativas, ajuizadas por e/ou em decorrência da relação/situação empregatícia dos COLABORADORES da CONTRATADA, a mesma obriga-se, desde logo, a ressarcir a CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação nesse sentido, de todos os valores despendidos e de adiantar pagamentos a serem efetuados em razão de eventuais condenações que reconheçam o vínculo empregatício de seus COLABORADORES com a CONTRATANTE e/ou suas mantenedoras e/ou reconheçam a

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

subsidiariedade e/ou solidariedade com a CONTRATADA, no cumprimento de suas obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias.

14.8. É vedada a divulgação pela CONTRATADA, a qualquer tempo e sob qualquer forma, de informação confidencial de qualquer natureza obtida em virtude deste CONTRATO, classificada ou não como informação confidencial, salvo se com o prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE. A obrigação de confidencialidade aqui prevista sobreviverá ao término do presente CONTRATO, e permanecerá em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos contados a contar da data de seu término.

14.9. O presente CONTRATO constitui o acordo integral entre as PARTES relativamente a seu objeto, substituindo quaisquer tratativas, escritas ou orais, anteriormente mantidas entre as PARTES, e somente poderá ser alterado por Termo Aditivo Contratual assinado por ambas as PARTES.

14.10. A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte as obrigações assumidas nesse instrumento, sem a prévia e expressa concordância CONTRATANTE.

14.11. As PARTES poderão assinar este CONTRATO e documentos correlatos por meio eletrônico (#Assinatura Eletrônica#), reconhecendo a presença de todos os requisitos de validade jurídica, incluindo a autenticidade das respectivas assinaturas, a integridade e veracidade de conteúdo deste instrumento, além da idoneidade dos mecanismos de autenticação utilizados para a validação e garantia da segurança da Assinatura Eletrônica.

15. PROTEÇÃO DE DADOS

15.1. Os seguintes termos iniciados em letra maiúscula neste Termo terão os significados a eles atribuídos nesta Cláusula, incluindo suas variações de gênero e número:

a) #Autoridades Fiscalizadoras# significa qualquer autoridade, inclusive judicial, competente para fiscalizar, julgar e aplicar a legislação pertinente, incluindo, mas não se limitando, à Agência Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

b) #Banco de Dados# significa todas as informações, Dados Pessoais, Dados Pessoais Sensíveis, Dados Públicos, documentos, dentre outros materiais detidos e organizados pela Fundação Renova.

c) #Controlador# é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais.

d) #Dados Pessoais# significa qualquer informação que identifique uma pessoa natural ou que possa ser usada, direta ou indiretamente, sozinha ou em conjunto com outra informação, para identificar ou possibilitar a identificação de uma pessoa natural, incluindo Dados Pessoais Sensíveis.

e) #Dados Pessoais Sensíveis# significa dados pessoais que se relacionem à origem racial ou étnica, dado referente à saúde ou à vida sexual, opinião política, convicção religiosa, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado genético ou biométrico, quando associados a uma pessoa natural.

f) #Dados Públicos# significa informações, dados, conteúdos, materiais, documentos, estudos, leis, relatórios de transparência, decisões judiciais, estatísticas, dentre outras, que sejam de acesso aberto ao público no Portal da Transparência.

g) #Dados Confidenciais# significa informações, anotações, rascunhos, manuscritos, documentos, artigos, esquemas, dados, apresentações, resultados de pesquisa, desenvolvimentos, relatórios, processos, cronogramas, planilhas, manuais, técnicas, esquemas, esboços, planos, outros materiais e trabalhos derivados, produzidos pela Fundação Renova e/ou por seus associados, que foram, estão ou venham a ser disponibilizados no contexto deste Contrato. Os Dados Confidenciais poderão ser disponibilizados em formato tangível, eletrônico ou em outro formato.

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

- h) **#Atingidos#** significa todas as pessoas físicas ou jurídicas, e respectivas comunidades, definidas pela cláusula 01, inciso II, alíneas **#a#** a **#j#** do TTAC, e também de pessoas indiretamente atingidas, definidas pela cláusula 01, inciso III do TTAC,.
- i) **#Incidente de Segurança#** significa qualquer acesso não autorizado e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- j) **#Informações Confidenciais#** significa os Dados Pessoais, Dados Pessoais Sensíveis e Dados Sigilosos.
- k) **#Leis de Proteção de Dados#** significa qualquer lei aplicável para a proteção de dados pessoais e privacidade de dados nas jurisdições, atividades e circunstâncias relativas a este Termo, incluindo, mas não se limitando à LGPD.
- l) **#LGPD#** significa Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais # Lei nº 13.709/2018.
- m) **#Operador#** é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o Tratamento de Dados Pessoais em nome do Controlador.
- n) **#Tratamento#** significa toda a operação realizada com Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis, incluindo a coleta, registro, organização, armazenagem, adaptação ou alteração, recuperação, consulta, uso, divulgação, transmissão, transferência, combinação, bloqueio, eliminação ou destruição.

15.2. A CONTRATADA expressamente reconhece:

- a) estar ciente de que poderá ter acesso às Informações Confidenciais e a Dados Pessoais dos Impactados;
- b) que deverá observar os princípios e cumprir as obrigações dispostas nas Leis de Proteção de Dados durante o Tratamento de Dados Pessoais;
- c) que fará uso das informações do Banco de Dados da Fundação Renova, exclusivamente, para o estrito fim do escopo deste Contrato;
- d) estar ciente de que o desrespeito às diretrizes, normas e procedimentos de segurança da informação, bem como o desrespeito às disposições previstas neste Contrato constitui falta grave, ficando sujeito(a) às sanções previstas em lei e se responsabiliza por qualquer indenização, sanção ou penalidade, pela utilização indevida das informações disponibilizadas e que venham a prejudicar a terceiros ou a Fundação Renova;
- e) que não revelará, divulgará, disseminará, publicará, transferirá, cederá, licenciará ou concederá acesso às Informações Confidenciais, constante do Banco de Dados da Fundação Renova, direta ou indiretamente, sem o prévio consentimento expresso e inequívoco por escrito da Fundação Renova, estando seus colaboradores próprios e terceiros condicionados à assinatura de um Termo de Confidencialidade fornecido pela Fundação Renova;
- f) que informará imediatamente à Fundação Renova sobre qualquer divulgação, acesso ou uso não autorizado das Informações Confidenciais, por qualquer pessoa que não o Fornecedor, tomando todas as medidas necessárias e apropriadas à aplicação do cumprimento das obrigações de não divulgação ora previstas;
- g) que manterá os procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou Dados Pessoais manipulados no cumprimento deste Contrato, devendo comunicar à Fundação Renova, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza, o que não excluirá sua responsabilidade.

15.3. O Fornecedor deverá proteger e tomar todas as medidas razoáveis para manter a natureza sigilosa das Informações Confidenciais e assegurar que sejam utilizadas estritamente para os fins previstos neste Contrato. O Fornecedor reconhece que a exposição ou uso não autorizado das referidas Informações Confidenciais pode resultar em perdas, danos (morais e materiais) e prejuízos à Fundação Renova e a terceiros.

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022

15.4. Caso a Fundação Renova identifique uso, divulgação e/ou distribuição de Informações Confidenciais de forma indevida pelo Fornecedor, a Fundação Renova notificará o Fornecedor, por escrito e por meio do e-mail indicado pelo Fornecedor, sobre a utilização indevida das Informações Confidenciais, a qual deverá ser interrompida imediatamente após o recebimento da notificação.

15.5. O Fornecedor deverá indenizar, defender e isentar a Fundação Renova e/ou seus associados contra toda e qualquer responsabilidade, perda, reivindicação, dano, multa, penalidade, despesa (incluindo, sem limitação, multas, indenização por danos, custos dos esforços de reparação e honorários advocatícios e custos decorrentes de ou relacionados a qualquer ação, reivindicação ou alegação de terceiros - incluindo, sem limitação, qualquer autoridade reguladora ou governamental) que decorrer do não cumprimento deste Termo e/ou não cumprimento das Leis de Proteção de Dados, sem prejuízo das penalidades contratuais aplicáveis.

15.6. Caso a ANPD ou qualquer outra autoridade competente impute sanções para a Fundação Renova, relacionada a este Contrato, e for constatada culpa, dolo ou outro elemento de responsabilidade do Fornecedor e/ou seu Operador, o Fornecedor deverá arcar com a penalidade financeira # quando for o caso # e/ou indenizar a Fundação Renova, inclusive pelos danos reputacionais experimentados, além de quaisquer custos e despesas experimentados pela Fundação Renova ao longo do processo administrativo.

16. SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

16.1. O CONTRATO deverá ser regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

16.2. Para resolução de toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao CONTRATO, cujo valor estimado do litígio seja inferior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), as Partes elegem o foro da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.3. Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao CONTRATO, cujo valor estimado do litígio seja igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB # Câmara de Arbitragem Empresarial # Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

16.4. As PARTES definem que o procedimento contará com a atuação de 3 (três) árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento. A sede da arbitragem será a cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. O idioma será o português.

16.4.1. A sentença arbitral deverá determinar a responsabilidade de cada PARTE pelas despesas do procedimento, tais como custas da câmara de arbitragem, aluguel de salas, estenotipia, taxas e honorários de árbitros e peritos do Tribunal, na proporção de sua sucumbência. Cada PARTE suportará individualmente os honorários dos advogados, pareceristas e assistentes técnicos que contratar.

16.5. Para todas as questões que não possam ser resolvidas por arbitragem, incluindo eventuais medidas cautelares ou de urgência antes da instituição da arbitragem, fica eleito o foro da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justas e acertadas, as PARTES firmam o presente CONTRATO, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Nº 4900000461

Data de Emissão: 11.05.2022